

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLADORIA EMPRESARIAL**

**GESTÃO EMPRESARIAL E A EVOLUÇÃO DO  
PROCESSO PRODUTIVO – O DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:  
UMA ANÁLISE DO BANCO DO BRASIL**

**ARTIGO CIENTÍFICO**

**Carini Carvalho**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2007**

**GESTÃO EMPRESARIAL E A EVOLUÇÃO DO PROCESSO  
PRODUTIVO – O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS  
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:  
UMA ANÁLISE DO BANCO DO BRASIL**

**por**

**Carini Carvalho**

Artigo científico apresentado no Curso de Especialização do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Controladoria Empresarial.**

**Orientador: Prof. Selia Gräbner**

Santa Maria, RS, Brasil

2007

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Departamento de Ciências Contábeis  
Especialização em Controladoria Empresarial**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova o Artigo Científico

**GESTÃO EMPRESARIAL E A EVOLUÇÃO DO PROCESSO  
PRODUTIVO – O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS  
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:  
UMA ANÁLISE DO BANCO DO BRASIL**

elaborado por  
**Carini Carvalho**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Especialista em Controladoria Empresarial**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Prof<sup>a</sup>.Selia Gräbner, Msc.**  
(Presidente/Orientadora)

**Prof<sup>a</sup>.Tania Moura da Silva, Msc.**

**Prof. Sergio Rossi Madruga, Msc.**

Santa Maria, julho de 2007.

# **GESTÃO EMPRESARIAL E A EVOLUÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO – O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: UMA ANÁLISE DO BANCO DO BRASIL**

Autora: Carini Carvalho<sup>1</sup>  
Orientador: Prof. Selia Gräbner<sup>2</sup>

## **RESUMO**

A evolução dos padrões de consumo e de produção que regeram a humanidade desde o início da civilização trouxe desafios ao processo empresarial no último século. O aumento da demanda por produtos, bem como as técnicas exploratórias e danosas em prática causaram uma grave desestabilização dos meios naturais. Como forma de resposta aos problemas atuais, o modelo capitalista administrativo tem se modificado no decorrer dos últimos 50 anos, embasado na idéia de exploração racional dos meios naturais, agregada a fortificação social do movimento produtivo. Assim, o objetivo desse trabalho foi traçar, através da evolução histórica do sistema empresarial, tanto a depedração ocorrida no meio natural quanto as novas estratégias de mercado para a resolução desse problema. Através de uma metodologia histórico-interpretativa, com pesquisa nas bases de dados oficiais e na literatura disponível, foi possível criar um quadro atual de ação corporativa, voltada para idéias de sustentabilidade dentro do mundo dos negócios. Além disso, foi possível demonstrar que, muito embora a maioria das ações ainda seja desenvolvida dentro da idéia de marketing social, o modelo de Desenvolvimento Regional Sustentável, aplicado pelo Banco do Brasil, sugere uma maior inserção da comunidade e dos meios de produção numa evolução dos processos de extração e consumo.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Sustentável, Empresa, Meio Ambiente.

## **ABSTRACT**

The evolution of the production and consumption standards that had conducted the humanity since the beginning of the civilization brought challenges to the enterprise business process in the last century. The increase of the demand for products, due to the populational growth and the actual consumption model in the last few decades, as well as the practically exploiting and harmful techniques, caused a serious instability of the natural environment. This deficit, or environmental passive, is about the impossibility of Nature to normally retribute the indiscriminately extracted resources, placing at risk the continuity of development in face of a possible productive collapse. As an answer to the current problems, the capitalist administrative model has been modified in the last 50 years, based in the idea of rational exploration of the natural resources, added to the strengthening of the social productive movement. And so, the objective of this article is to trace, through the historical evolution of the enterprise system, how much the environmental depredation has affected, and how much the new market has made strategies for its solution. Through a descriptive-interpretative methodology, with a research in the official databases and available literature, it was possible to create a current picture of corporative actions, faced toward ideas of sustainability inside the businesses world. Moreover, it was possible to demonstrate that, even so the majority of the actions is still developed inside the idea of social marketing, the model of Regional Sustainable Development, applied by the Bank of Brazil, suggests a bigger insertion of the community and the means of production in an evolution of the extraction and consumption processes.

Key words: Development, Sustainability, Enterprises, Environment.

---

<sup>1</sup> Especialista em Controladoria Empresarial– UFSM/RS. Email: carini\_carvalho@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Administração – UFSC/SC, Professor do Departamento de Ciências Contábeis UFSM/RS. Email: selia@smail.ufsm.br

## 1 INTRODUÇÃO

O ser humano tem anseios ilimitados, mas seu ambiente apresenta recursos escassos. Tais premissas são de conhecimento público já há algum tempo. As práticas comerciais meramente extrativistas e depredadoras têm seus dias contados pela própria lógica do mercado. Não é possível dar sustentabilidade a uma ação unilateral de exploração que não reponha ao ambiente os custos ambientais que utilizou.

O crescimento exacerbado da população mundial nos últimos séculos – causado, entre outras questões, pelas Grandes Navegações, pela tecnologia dos medicamentos e tratamentos médicos – causou, entre tantos benefícios, o aumento do custo ambiental de repor o dispêndio destes mesmos agentes. Além disso, o modelo capitalista do último século, aliado a uma cultura consumista por parte do ser humano em geral criou uma situação onde o indivíduo tende a adquirir mais do que necessita, o que redundava em desperdício e mau uso dos recursos naturais.

O risco de colapso do mercado é o que assegura, para as próximas décadas, uma postura “socioambientalmente correta” por parte das grandes corporações. O modelo clássico de capitalismo entra em risco de extinção, pelo seu próprio princípio autofágico. É através da delimitação das áreas de atuação e do manejo sustentável que estas empresas, anteriormente engajadas apenas numa negociação “soma-zero” com a natureza, buscam uma alternativa para continuarem operantes.

A idéia do manejo responsável dos recursos naturais não é nova, data já de estudos de meados da segunda metade do século passado. Entretanto, apenas no presente momento é que se delimitam parâmetros e fronteiras para a definição de estratégias e programas de Desenvolvimento Sustentável. Ao mesmo tempo, a explosão da tecnologia e dos conceitos de ambiente cultural e natural transfronteiriço traz novas luzes ao debate da sobrevivência do mundo.

Além disso, as Relações Humanas, a Política, o Mercado e o Direito – todos eles em seus meios nacional e internacional - têm evoluído através dos tempos e, como os demais ramos das Ciências Sociais e Humanas, apresentam ainda na atualidade lacunas que apenas o estudo aprofundado das relações entre Estados e o próprio tempo necessário para a maturação desses vínculos conseguirão preencher. A complexidade do assunto, *per si*, remete a um sincretismo científico

que conjuga não apenas matérias eminentemente legais, mas sociais, econômicas, religiosas e tecnológicas, entre outras.

O objetivo deste estudo é apresentar, primeiramente, uma evolução histórica da economia mundial, traçando um paralelo entre as sociedades antigas até o modelo presente da exploração. Assim, demonstrar a influência do capitalismo e da produção industrial na depedração ambiental e na criação de passivos que prejudicam e podem, em médio prazo, inviabilizar a vida humana na Terra.

A partir dessa análise, procura-se apresentar, em linhas gerais, o novo conceito de Desenvolvimento em implementação na sociedade. Este surge da própria necessidade de um modelo mais sustentável de evolução, garantindo não apenas a sobrevivência e comodidade atual, como a existência de recursos naturais para abastecer a geração futura. Por último, é necessária uma averiguação mais prática das estratégias desenvolvidas pelas instituições. Nesse caso, optou-se por estudar o chamado Desenvolvimento Regional Sustentável implementado pelo Banco do Brasil. Tal escolha deve-se principalmente pela abrangência do trabalho – que prevê alcançar a totalidade do território brasileiro até 2008 – e pela proposta não somente de investimento financeiro, mas de uma estruturação da cadeia produtiva e gestão de novos empreendimentos.

Inicialmente, portanto, vale a observação da evolução histórica e social dos modelos econômicos, como é discutido a seguir.

## **2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ECONOMIA MUNDIAL E O SURGIMENTO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

O comércio nas sociedades humanas não foi sempre exercido da mesma forma. Através das gerações, os homens modificaram seu padrão de consumo, aumentando a demanda por bens naturais e industrializados. Traçando-se uma linha mestra, desde as primeiras formas de escambo até a atual implementação do *e-commerce*, é possível a observação dos avanços do desperdício de matéria prima, principalmente motivado pelos sucessivos modismos e pela “transitoriedade” dos equipamentos eletrônicos (SOUZA, 2006, p. 34).

## **2.1 O comércio nas sociedades antigas**

A partir do momento em que o Homem deixou de produzir apenas para o seu consumo, e passou a armazenar produtos para a negociação com seus pares, a humanidade vem aprofundando a desigualdade, seja social ou ambiental.

A partir do momento que a humanidade, antes de características nômades, passou a delimitar campos para produção, apresentou-se o sentido de propriedade. As relações de produção, num primeiro momento, traziam objetivo unicamente de consumo. Entretanto, em determinado momento, as tribos começaram a notar que a falta de determinados alimentos em seu estoque poderiam ser supridas pela troca de outros que havia em abundância.

Assim, de acordo com Douglas (2004, p. 106) ao mesmo tempo em que se criou a noção de relações inter-tribais, também nasceu o conceito de mercado, ainda que imbuído apenas de uma face de escambo, sem definições econômicas. Com o “aperfeiçoamento” dessas técnicas de permuta, foi se inserindo nos bens produzidos a idéia de valor o que deturpou a técnica de trocas paritárias.

Surgiu a idéia de “especialização do trabalho” proposta em trabalhos de Marx e Weber, onde determinados integrantes da comunidade deixaram de produzir para apenas negociar a colheita alheia. Isso, aliado aos desníveis de preços das mercadorias gerou os primeiros efeitos da acumulação de riqueza que daria, séculos depois, origem ao sistema capitalista e explorador existente na atualidade.

## **2.2 A revolução industrial e a produção em massa**

O fenômeno que surgiu no século XVII atingiu em cheio a noção de consumo da população mundial. A produção massificada aumentou a demanda por recursos naturais de forma exponencial, causando uma intensa depredação do meio ambiente.

Um dos principais fatores de influência desta época da civilização está na explosão demográfica ocasionada pela concentração urbana da população. Esse fenômeno se demonstra na lição de Souza (2006, p. 32):

A Revolução Industrial iniciada na Inglaterra na segunda metade do século XVIII alterou o ritmo do crescimento, apresentando uma nova realidade, qual seja, a transição da civilização agrícola para uma civilização industrial

e urbana. Embora essa mudança tenha sido marcada também por elevadas taxas de mortalidade, observa-se, após um século, a duplicação do número da população, passando de um para dois bilhões. Foram necessários dezenas de milhares de anos para a humanidade atingir o primeiro bilhão de habitantes, isto por volta do ano de 1800. O próximo bilhão levou um pouco mais de um século, dobrando o número populacional no planeta. Num piscar de olhos, num período de apenas 30 anos, o terceiro bilhão era alcançado por volta de 1960.

O mesmo autor salienta a modificação do modelo de produção – saindo na atividade artesanal para a escala massificada – com outro agravante do processo de desgaste ambiental:

A aceleração da crise de desgaste do ambiente está diretamente relacionada com a mudança de paradigma nos ciclos históricos da relação entre esses fatores. Um exemplo paradigmático está no modelo de desenvolvimento econômico, que com a Revolução Industrial passou a acelerar uma determinada maneira de produzir e reproduzir a sociedade, tanto do ponto de vista da tecnosfera quanto da psicosfera (SOUZA, 2006, p. 11).

Além disso, o sentimento individualista criado com a primeira dimensão de direitos da Revolução Francesa (Liberdade), apresentou uma idéia de que os bens da natureza estavam à disposição da humanidade. O ser humano, portanto, é apenas *sujeito de direitos*, considerando a biosfera como um objeto que serve para a consecução dos objetivos traçados pelo primeiro.

Observa-se, nesse terreno, a concepção de Hobsbawm por Chacon (1988):

O momento histórico que marcou a ruptura total do homem com a terra, quando ele foi *dominado* pela ilusão de *dominar* a natureza, de não pertencer a ela, mas de possuí-la, é muito bem caracterizado por Hobsbawm (1988), quando analisa as duas grandes revoluções de cunho ideológico e econômico, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, respectivamente, que deram as bases para o predomínio da ciência e da técnica sobre todas as instâncias de atuação humana, quando a razão tornou-se soberana, descartando qualquer emoção, que supostamente impediria o *progresso* da raça humana. Esse momento histórico é baseado nas idéias do Iluminismo e do Liberalismo Econômico.

Além disso, a inserção no modelo de sociedade do Estado Liberal ou mínimo vem agravar o controle dos meios de produção. As idéias econômicas dos séculos XIX e XX preponderaram uma intervenção apenas simbólica do governo nas regras de mercado. Segundo os teóricos, apenas as forças de oferta e demanda deveriam nortear as relações sociais.



Com efeito, Carmo (2007) trata sobre o assunto analisando o conceito utilizado por Adam Smith para delimitar a ação do Estado:

No pensamento Smithiano o mercado é também o limite preciso para a interferência do Estado, pois à medida que o primeiro se auto-regula através de mecanismos naturais, a política econômica torna-se desnecessária. Assim sendo, o Estado passa a ter três funções como esclarece: “Os gastos com a defesa; Os gastos com a justiça; Os gastos com as obras e as instituições pública destinadas a facilitar o comércio em geral”.

Para Smith é o mercado que tem a virtude de lapidar e de harmonizar os interesses e os sentimentos dos indivíduos ao lucro.

Na esteira desse desenfreado ritmo de produção e consumo, a biosfera sofreu um esgotamento de seus recursos, além do surgimento de passivos ambientais: toneladas de dejetos e rejeitos, químicos e físicos, despejados ano a ano na natureza. Lentamente, a poluição e o extrativismo exagerados começaram a criar mais problemas que benefícios aos seres humanos.

Da mesma maneira, afirma Muller (2002, p. 123):

A história da economia mundial, afirma Hobsbawm, desde a Revolução Industrial tem sido de acelerado progresso técnico, de contínuo, mas irregular crescimento econômico, e de crescente “globalização”, ou seja, de uma divisão mundial cada vez mais elaborada e complexa de trabalho; uma rede cada vez maior de fluxos e intercâmbios que ligam todas as partes da economia mundial ao sistema global. O progresso técnico continuou e até se acelerou na Era da Catástrofe (anos 70 e 80), transformando e sendo transformado pela era das guerras mundiais (1914-18 e 39-45).

O agravamento dos sintomas, tanto por infecções e epidemias que atingiram o ser humano nos dois últimos séculos, quanto pelo surgimento de desastres ambientais (camada de ozônio, degelo polar, mortandade de peixes, etc.) começou a despertar o ser humano para uma nova realidade. Não apenas tornou-se necessária a satisfação das necessidades humanas, como também surge a imposição urgente de uma nova estratégia de desenvolvimento que não agride o meio ambiente.

O enfrentamento deste paradigma - da finitude dos bens naturais frente à infinita necessidade do Homem – cria a idéia da Sustentabilidade. Esse conceito, que reúne características não apenas administrativas, mas culturais, sociais e jurídicas, e melhor analisadas a seguir.

### 3 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A NOVA LÓGICA DO MERCADO

Uma vez que o extrativismo exacerbado e o capitalismo tradicional têm trazido diversas mazelas à sociedade, a partir da metade do século passado começaram a surgir movimentos pregando a defesa da natureza, a implantação de novos sistemas de produção e a idéia de sustentabilidade ou equilíbrio ambiental (SOUZA, 2006, p. 36).

Nesse intuito, o próximo passo é avaliar, *an passant*, o surgimento da teoria de desenvolvimento sustentável e a evolução sócio-jurídica das matérias ambientais e econômicas ligadas ao assunto.

#### 3.1 O paradigma do desenvolvimento

Desde meados da segunda metade do século XX a humanidade tem se deparado com a insuficiência – ou ao menos possibilidade de – dos recursos naturais. O aumento contínuo da necessidade de bens por parte do indivíduo conflita diretamente com a capacidade de regeneração do meio ambiente.

Uma das causas de tal disparidade se encontra na dificuldade das tecnologias de produção em acompanhar o incremento populacional existente na atualidade. Observam-se os dados apresentados abaixo pelo IBGE (2007):

A população brasileira, segundo os resultados da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000, atingiu em 1º de agosto, um total de 169 590 693 habitantes. A série de censos brasileiros mostrou que a população vem experimentando sucessivos aumentos em seu contingente, tendo crescido quase dez vezes, ao longo do Século XX.

(...)

A maior aceleração de aumento da população do Brasil ocorreu durante a década de 50. Observou-se, naquele período, um acréscimo de 34,90% na população, correspondendo em valores absolutos a 18 milhões de habitantes. O período seguinte ainda apresentou um elevado padrão de crescimento, com um aumento de 32,92%, ou seja, 23 milhões de habitantes. Posteriormente, teve início um processo de desaceleração do crescimento, sendo o aumento absoluto da ordem de 26 milhões de habitantes (27,77%), entre 1970-1980, 28 milhões de pessoas (23,38%), no período de 1980-1991 e de 23 milhões de pessoas (15,50%), no período de 1991-2000.

No último período intercensitário, 1991-2000, as maiores taxas de crescimento ocorreram nas Regiões Norte e Centro-Oeste, onde em algumas subáreas observou-se a presença de contingentes migratórios atraídos não só por uma expansão retardatária da fronteira, como também pelo poder de atração do Entorno de Brasília e Goiânia. As demais regiões

apresentaram valores inferiores a 2,0%, sendo observado na Região Nordeste o menor valor, 1,30%.

Esse quadro ainda apresenta novo incremento, se forem considerados os dados de 2005, quando a população mundial atingiu 184,1 milhões de brasileiros, um incremento de 8,61% em cinco anos (IBGE, 2007). Pode-se observar de tal amostra que a “inflação” da população humana representa um necessário incremento dos meios de produção.

Desta forma, para suprir a demanda por alimentos, o mercado tem aumentado às áreas agriculturáveis e de pecuária, além de extrair de forma mais acelerada os demais recursos naturais. Enquanto o crescimento populacional apresenta uma progressão geométrica, a produção agropecuária tenta acompanhar esta tendência, gerando cada vez maior compensação da demanda e apresentando um futuro nebuloso se mantida no mesmo estilo de administração.

A finitude dos recursos disponíveis, ameaçando a continuidade da exploração comercial da natureza foi alvo de análise já há muitos anos pela Organização das Nações Unidas, conforme demonstra dados da ONU presentes no relatório da Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil (2007):

No ano da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo (1972), foi discutido que o limite da exploração dos recursos no planeta seria atingido, no máximo, em cem anos, provocando uma repentina diminuição da população mundial e da capacidade industrial. Daí nasceu a necessidade de pensar na limitação do crescimento econômico mundial.

Embora esse seja um dos grandes dramas humanos, não é o único. O aumento da fome do mundo parece estar unicamente ligado ao crescimento populacional. Entretanto, dados mundiais apontam para um crescimento significativo na produção de alimentos, suficientes para garantir o abastecimento global.

Observem-se os quadros abaixo<sup>3</sup>:

Mundo: Produção agrícola de produtos selecionados (Mil toneladas)					
Ano	Arroz	Milho	Soja	Trigo	Total
1961	215.655	205.005	26.883	222.357	671.860
1971	317.762	313.623	45.619	347.526	1.026.501
1981	410.059	446.767	88.524	449.635	1.396.966
1991	518.405	494.339	103.310	546.874	1.664.919
2001	597.981	614.985	177.937	590.027	1.982.929
2002	569.035	604.249	181.736	575.085	1.932.107
2003	584.272	644.219	190.596	560.887	1.981.976
2004	606.268	724.589	206.462	632.595	2.171.917
2005	618.441	701.666	214.347	629.566	2.166.025

Fonte: FAO ([www.fao.org](http://www.fao.org)).

Quadro 1 – Produção Agrícola (mil toneladas)

Evolução da População Mundial (em mil hab.)

Ano	Mundo	África	Ásia	Europa	América Latina	América do Norte*	Oceania
1960	3 021 475	277 398	1 701 336	604 401	218 300	204 152	15 888
1965	3 334 874	313 744	1 899 424	634 026	250 452	219 570	17 657
1970	3 692 492	357 283	2 143 118	655 855	284 856	231 937	19 443
1975	4 068 109	408 160	2 397 512	675 542	321 906	243 425	21 564
1980	4 434 682	469 618	2 632 335	692 431	361 401	256 068	22 828
1985	4 830 979	541 814	2 887 552	706 009	401 469	269 456	24 678
1990	5 263 593	622 443	3 167 807	721 582	441 525	283 549	26 687
1995	5 674 380	707 462	3 430 052	727 405	481 099	299 438	28 924
2000	6 070 581	795 671	3 679 737	727 986	520 229	315 915	31 043
2005	6 453 628	887 964	3 917 508	724 722	558 281	332 156	32 998

Fonte: Wikipédia

Quadro 2 – Evolução da População Mundial (em mil hab.)

É importante observar que, mesmo que a população mundial tenha crescido 113% nos últimos 45 anos, a produção de alimento teve um incremento bem superior, situando-se na faixa de 222%. Outros motivos, portanto, são responsáveis pelo alastramento da fome e da desigualdade social no mundo: manejo incorreto da produção, economia de mercado e má distribuição de renda e alimentos, e, principalmente, o desperdício dos recursos naturais.

Ainda na atualidade é possível se deparar com níveis absurdos de desperdício de alimentos nos países produtores, enquanto em outros locais a população passa fome. Exemplo claro é a pesquisa realizada pela Embrapa, apontando para uma perda de mais de 35% das verduras produzidas no Brasil:

<sup>3</sup> Os dados observados nas tabelas acima foram compilados dos números apresentados na Internet. A abrangência foi reduzida, analisando-se os números a partir da década de 60. O conteúdo completo pode ser acessado em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Crescimento\\_populacional](http://pt.wikipedia.org/wiki/Crescimento_populacional)> e <<http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/url/ITEM/C90B3C5F725FADF2E0300801FD0AF119>>. Acessados em 24/04/2007.

Os índices de desperdício de alimentos no Brasil, um país com 46 milhões de famintos, batem recordes mundiais. Estudo realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no Centro de Agroindústria de Alimentos mostra que o brasileiro joga fora mais do que aquilo que come. Em hortaliças, por exemplo, o total anual de desperdício é de 37 quilos por habitante. Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, nas dez maiores capitais do Brasil, o cidadão consome 35 quilos de alimentos ao ano — dois a menos do que o total que joga no lixo. “Num país com tantos famintos como é o Brasil, esse desperdício é inadmissível”, avalia o químico industrial e responsável pela pesquisa, Antônio Gomes (DIAS, 2007).

Numa análise mais ampla, a ONG Banco de Alimentos (2007) apresenta um cenário ainda mais preocupante:

Aproximadamente 64% do que se planta no Brasil é perdido ao longo da cadeia produtiva: 20% na colheita, 8% no transporte e armazenamento, 15% na indústria de processamento, 1% no varejo e 20% no processamento culinário e hábitos alimentares. Ainda segundo a mesma fonte, 70 mil toneladas de alimentos vão para o lixo no Brasil. Fonte: Caderno temático “A nutrição e o consumo consciente” do Instituto Akatu (2003) .  
(...)

Das 83 milhões de toneladas de grãos produzidas anualmente, algo entre 10% e 30% se perdem no caminho entre a lavoura e o consumidor final. Na produção de frutas (30 milhões de toneladas por ano), o desperdício varia de 20% a 35%, enquanto no segmento de hortaliças (27 milhões de toneladas por ano) as perdas oscilam entre 20% e 50%, ou seja, o desperdício pode chegar a 48,9 milhões de toneladas por ano. Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

Através de tal realidade impõe-se um novo paradigma para a sociedade moderna: como evitar o esmorecimento das reservas naturais sem comprometer as demandas humanas e sem criar uma crise econômica que leve os Estados a um aprofundamento das diferenças sociais?

Antes da análise do problema em pauta, é necessária a estruturação histórica dos instrumentos regradores ambientais e sociais implantados no mundo e, em especial, no Brasil.

### **3.2 Evolução jurídica e social em defesa do meio ambiente**

A implantação de políticas sociais e de desenvolvimento no Brasil não aconteceu de forma estanque. Não houve um “ponto crítico” da sustentabilidade natural ou uma “conscientização instantânea” da população. Na realidade, o que

ocorreu (e ainda ocorre) é um contínuo processo de implementação de ações e organismos com vistas a reger o sistema de exploração da natureza.

O primeiro grande marco legal dessa virada do posicionamento brasileiro no cenário internacional, pode ser datado de agosto de 1981, quando foi promulgada a Lei n ° 6.938, que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente.

Na década de 60, de acordo com o IBAMA (2007), o Governo brasileiro se compromete com a conservação e a preservação do meio ambiente, firmando isto por meio de sua participação em convenções e reuniões internacionais, como por exemplo, a Conferência Internacional promovida pela UNESCO, em 1968, sobre a Utilização Racional e a Conservação dos Recursos da Biosfera. Nessa conferência ficaram estabelecidas às bases para a criação de um programa internacional dedicado ao Homem e à Biosfera (MAB - Man and Biosphere), que foi efetivamente criado em 1970.

Depois disso, conforme Souza (2006, p. 22), é importante frisar as seguintes datas:

1987-1988 – O artigo 225, incorporado na Carta Magna, diz respeito exclusivamente ao meio ambiente. Estabeleceu pela primeira vez na história do país, que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”. Essa foi a principal incorporação na lei da Constituição Federal que absorveu diversos valores sócios sócio-ambientais.

1992 – durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, o Brasil assina a Convenção da Diversidade Biológica. Esta convenção foi ratificada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo n °2, de 1994 e promulgada pelo presidente da República pelo Decreto 2. 519 de 1998.

1993 – a Secretaria do Meio Ambiente foi transformada em Ministério do Meio Ambiente e ampliou suas responsabilidades. Em 1996 foram criados o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO) e o Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO). Os dois programas voltados para financiamento de política ambiental.

Segunda metade da década de 90 – começa uma atualização da legislação ambiental garantindo a consolidação do Sistema Nacional de Meio Ambiente. De 1997 a 2000, importantes legislações foram promulgadas: Lei de Recursos Hídricos

(n °9. 433 de 1997), Lei de Crimes Ambientais (n °9. 605 de 1998), Lei de Educação Ambiental (n °9. 795 de 1997) e Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (n °9. 985 de 2000).

2000 – promulgação da Lei 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), proteção aos bens socioambientais tangíveis. A definição de área protegida foi explicitada na Convenção de Diversidade Biológica, como “área definida geograficamente”, que é destinada ou regulamentada e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação. O Brasil passa a ser signatário, muito próximo do que foi definido pela Comissão Mundial de Áreas Protegidas da União Internacional para Conservação da Natureza (IUECN).

2002 – Como resultado da Rio-92, a cúpula mundial sobre o desenvolvimento sustentável realizada em Joanesburgo em 2002, a Rio+10, o movimento socioambientalista mundial produziu dois documentos fundamentais para a definição dos rumos da política brasileira de desenvolvimento sustentável. O primeiro documento foi a declaração política sobre a busca do desenvolvimento sustentável e, o segundo, um plano de ação para orientação e implementação dos compromissos assumidos conjuntamente pelos países participantes.

### **3.3 Prática do desenvolvimento sustentável**

A consolidação dos direitos sobre o meio ambiente e a cidadania, principalmente após a Constituição de 88, bem como a criação de agências e fundações voltadas para o paradigma já discutido, inseriram o Brasil na discussão de um novo modelo de desenvolvimento. O debate acadêmico e institucional centrou seus objetivos na definição de estratégias voltadas para a socialização do consumo, e eficiência produtiva e a responsabilidade ambiental.

Surge, então, a definição de sustentabilidade dos negócios, ou, como é mais conhecido atualmente, Desenvolvimento Sustentável, ou seja, a exploração dos meios naturais dentro das possibilidades de reposição da biosfera. Os estudiosos do tema sugeriram oito principais princípios norteadores desta matriz. Resumidamente, eles se apresentam da seguinte forma:

A garantia do acesso universal à energia, utilizando fontes alternativas que causem menos impacto ambiental; prioridade do transporte coletivo; fortalecimento de setores da produção com uso racional de energia; política

agropecuária sustentável; benefícios do desenvolvimento da ciência e das tecnologias acessíveis à população; consolidação da legislação ambiental; potencialização de experiências que busquem soluções de problemas sócio-ambientais e econômicos; indicadores para o monitoramento do desenvolvimento sustentável (SOUZA, 2006, p. 38).

Além disso, a política social em desenvolvimento no mundo frente ao capitalismo depredatório inscreveu a necessidade deste plano abordar também a parcela da população à margem do mercado. Assim, o desenvolvimento não tem sentido se não for aliado à inclusão social. O bem estar e a qualidade de vida não podem ser restritos à apenas uma parcela da humanidade. A conferência realizada no Brasil por 170 países, conhecida por Rio-92, reafirmou a inserção do homem como titular e responsável pelo modelo de desenvolvimento (SOUZA, 2006, P. 43).

Nesse sentido, é importante observar a opinião de Batista (2005, p. 15):

O desenvolvimento sustentável é um tema constante da agenda global. O sucesso do crescimento demográfico e econômico das últimas décadas, a urbanização crescente do planeta e suas demandas de energia e água, a globalização das redes de comunicação e transporte dependem direta ou indiretamente da manutenção de uma base sólida de recursos naturais e de ecossistemas funcionais no planeta.

Dentro de sua política de inclusão social, o Governo Federal encampou o projeto, incentivando as regiões brasileiras ao desenvolvimento de mecanismos que, ao mesmo tempo preservem a natureza, gerem renda e beneficiem a população mais humilde.

Vieira (2007), durante palestra no VII Congresso Internacional sobre Administração Pública, referendou a dificuldade do desenvolvimento conjunto de todas as regiões do Estado, sendo necessária à intervenção do Governo como agente gestor e catalisador das potencialidades existentes:

Para tanto é importante notar que os fluxos globais de capital, informação, tecnologia e consumo têm criado ilhas de dinamismo no território nacional, redefinindo as relações de dependência entre as regiões. Da mesma forma que o aprofundamento da diferenciação territorial e o agravamento da exclusão social resultante da competitividade entre empresas e regiões e do contraste entre o avanço técnico e os baixos níveis de instrução têm favorecido o desemprego, a informalidade e a concentração de renda.



Com o engajamento do Governo, as empresas públicas aumentaram suas participações neste tipo de projetos. Desde a conscientização dos funcionários para o uso racional de recursos, até o desenvolvimento de projetos de geração de renda, tais instituições passam a enxergar o desenvolvimento sustentável fora da ótica do assistencialismo, passando a se apresentar com um cunho negocial e fazer parte do ativo da empresa.

A partir dessa maior racionalização dos problemas ambientais e sociais, as estratégias “socialmente corretas” permearam também as instituições privadas. A criação do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) na Bolsa de Valores de São Paulo e do Índice Dow Jones Mundial de Sustentabilidade (DJSI) foi um forte impulsionador desse engajamento. Constam nesses índices às empresas com programas na área da Sustentabilidade Ambiental e Social.

Atualmente, participar deste seleto grupo é meta de diversas empresas, não apenas por pela imagem de responsabilidade deles emanados, mas pela procura dos investidores por este mercado, que vem apresentando valorização superior as cotações tradicionais. Conforme o Boletim Informativo de dezembro 2006 da Bolsa de Valores de São Paulo (2006), o fechamento do ISE foi quase 5% superior ao Ibovespa (37,82% contra 32,93%).

Dentre os vários projetos existentes na atualidade, podem-se destacar as seguintes empresas, ressaltando-se que são citados apenas alguns projetos desenvolvidos pelas mesmas: Petrobrás (programas de reciclagem de lixo e geração de energias renováveis); Bradesco (criação de produtos financeiros voltados à sustentabilidade); Banco do Brasil (estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável através de metodologia de implantação de novos negócios) e Itaú (campanha “Uso Consciente do Crédito” e criação de produtos sócio-ambientais).

Com o objetivo de fechar mais o escopo do estudo e, especialmente, demonstrar aplicações práticas de Desenvolvimento Sustentável, o próximo passo é a análise de uma dessas instituições, o Banco do Brasil.

#### **4 APLICAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - “CASO DO BANCO DO BRASIL”**

A criação de alternativas para a inclusão das parcelas menos favorecidas da população no mercado de trabalho, vinculada ao respeito ao Meio Ambiente e de

forma que haja uma eficácia econômica. Esta é a proposta do Banco do Brasil (2007) batizada de Desenvolvimento Regional Sustentável.

A instituição pretende incentivar as potencialidades regionais através de uma metodologia específica, criando oportunidades para o cidadão de baixa renda gerar divisas para o sustento de sua família e profissionalizar-se. Os objetivos apresentados pelo Banco são: promover a inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda; democratizar o acesso ao crédito; impulsionar o associativismo e o cooperativismo; contribuir para a melhora dos indicadores de qualidade de vida; solidificar os negócios com mini e pequenos empreendedores rurais e urbanos, formais ou informais.

O trabalho é realizado por diversos atores (ONG's, sindicatos, representantes do Poder Público, universidades, empresas privadas, etc.). A estratégia traçada passa pela definição de três premissas básicas (BANCO DO BRASIL, 2007):

Ambientalmente Correta – deve respeitar as normas protetoras do meio ambiente, possuindo características ecológicas e de sustentabilidade. A extração de recursos naturais não deve ultrapassar a possibilidade de reposição da Natureza, para evitar o acontecimento de escassez.

Socialmente Justa – o projeto deve incluir no mercado parcelas menos favorecidas da região. A atividade não deve buscar o acúmulo de riqueza pelas oligarquias, mas sim uma redistribuição de renda que traga dignidade, condições básicas de saúde e de vida. A utilização de pequenos agricultores, catadores de papel, apenados e outros nichos sociais auxiliam na evolução das relações sociais e na diminuição da desigualdade dentro da sociedade.

Economicamente Viável – para efetivamente resultar num empreendimento eficaz e capaz de se perpetuar no tempo, o projeto deve prever que os valores resultantes da venda dos produtos sejam suficientes para cobrir todos os custos de produção e ainda agregar renda aos trabalhadores. Sem a possibilidade de a atividade ser lucrativa, tais associações normalmente dependem de verbas do Governo, retirando a idéia de atividade produtiva lucrativa e mantendo apenas o assistencialismo.

Além disso, toda a estratégia deve se embasar em um quarto elemento: o respeito à diversidade e às particularidades de cada região, sejam elas sócias, geográficas ou culturais. Ou seja, a atividade escolhida tem que apresentar uma perfeita concordância com as características do local onde está sendo inserida. Tal

definição espera evitar o choque social ou ecológico de longo prazo, além de impedir a descaracterização cultural e social de uma comunidade.

Uma vez reconhecida dentro destas características, a atividade é estudada através de uma metodologia de pesquisa e elaboração de Plano de Negócios. Na capacitação, ocorrem treinamentos e exposição das técnicas e premissas do DRS, bem como a sensibilização da comunidade para a necessidade de mudanças no modelo econômico atualmente utilizado. Depois disso, o grupo realiza a escolha da atividade, definindo qual o produto ou cadeia produtiva será o foco trabalhado.

Com a formação da equipe de DRS, definem-se os atores que irão operar a estratégia, realizando o diagnóstico dos problemas da região em relação aos objetivos, seus pontos fortes e fracos, além das possibilidades de melhoria. Com isso, propõe um Plano de Negócios, com objetivos e ações para fechar a cadeia produtiva e agregar valor ao produto.

Esse plano passa por uma análise por órgãos específicos dentro do Banco do Brasil, que irão avaliar sua aderência às premissas acima citadas, e a capacidade das atividades efetivamente gerarem lucros para os participantes. Por último, ocorre à implementação da estratégia e o seu constante monitoramento, para avaliar e, eventualmente, corrigir ações em prática, a fim de se otimizar os resultados alcançados.

Existente há cerca de quatro anos, a Estratégia Negocial DRS vem implementando ações em todo o território brasileiro. Com foco inicial nas regiões Norte e Nordeste (com o menor Índice de Desenvolvimento Humano no país), o trabalho está sendo expandido para todo o Brasil, com metas específicas de abrangência nacional.

O volume aplicado pela instituição supera a marca de R\$ 1 bilhão e envolve 2519 agências em 1141 planos (BANCO DO BRASIL, 2007):

Região	Agências habilitadas	Planos em Execução	Valor comprometido	Famílias Envolvidas
Norte	246	182	R\$ 327 milhões	54 mil
Nordeste	1.105	798	R\$ 420 milhões	123 mil
Centro Oeste	251	38	R\$ 91 milhões	9 mil
Sul	278	50	R\$ 64 milhões	20 mil
Sudeste	639	73	R\$ 106 milhões	41 mil

Quadro 3 – Resumo DRS Banco do Brasil

É importante ainda ressaltar que os valores acima são somente oriundos do Banco do Brasil, não sendo considerados os desembolsos de outros parceiros para investimento em tecnologia, pesquisas científicas, profissionalização dos beneficiários e demais ações. Se somados, tais valores dobram a previsão inicial.

## **5 CONCLUSÕES**

Das observações realizadas no decorrer do presente trabalho, pode-se extrair algumas características da nova proposta de produção e mercado, que são a seguir analisadas.

Pelas próprias características do sistema produtivo moderno, a sociedade colocou-se na crista de uma discussão contundente: até que ponto a indiscriminada exploração dos recursos naturais seria possível antes de um colapso ambiental? O aumento sucessivo dos chamados passivos ambientais, bem como os efeitos colaterais sentidos nos dois hemisférios – como o derretimento das geleiras, mortandade de peixes, furações, doenças, etc., forçaram uma reanálise dos sistemas econômicos atuais.

Muito embora ainda incipiente, começa a ganhar corpo a idéia de um manejo responsável dos recursos, através de premissas como reutilizar, reduzir e reciclar. A sociedade desperta para valores sócio-ambientais que não apenas vinculam os governos como também trazem reflexos ao modelo de relacionamento empresarial.

Desse modo, as instituições públicas e privadas passam por uma extensa reformulação de seus conceitos internos, direcionando suas políticas para ações menos depredatórias. São inseridas em suas estratégias e missões conceitos de sustentabilidade, justiça social e aprimoramento tecnológico com foco na gestão responsável.

Tal evolução não decorre apenas do fortalecimento da imagem e de ganho de respeitabilidade, característica que já está influenciando o mercado acionário, como demonstrado através das cotações do ISE. A própria lógica de produção exige um comprometimento com a renovação das fontes primárias de produção, sob o risco de um empobrecimento generalizado e de colapso da economia tradicional.

O assunto, entretanto, não é pacífico e nem surgiu de maneira espontânea. A pressão por um reposicionamento nasce de uma discussão que já perdura a meio século nos meios acadêmicos e científicos. A diferença é que os primeiros efeitos já

estão sendo sentidos pela população, o que aumenta a crítica e conduz as políticas públicas ao debate e incentivo dos novos procedimentos.

É de se ressaltar, também, que existem diversos tipos de inserção na Responsabilidade Sócio-ambiental, e que, na maioria das vezes, o que se reconhece nas instituições é um estágio inicial reconhecido por *marketing* social, onde as adoções de medidas publicitárias e de conscientização são os elementos chave da proposta. Outras empresas ainda trabalham com o patrocínio, injetando recursos em projetos já em desenvolvimento.

Mais completa é a proposta de interação entre os agentes sociais, como as desenvolvidas pela Petrobrás e o Banco do Brasil, onde ocorrem modificações mais profundas na maneira de agir, não só das instituições, mas também de determinados grupos de pessoas e comunidades. É o que se pode chamar de responsabilidade ativa – uma vez que transcende a empresa e cria vínculos com terceiros, através de propostas de longo prazo.

Dentro dessa categoria, a estratégia da instituição financeira ganha destaque pela idéia de interação social. Não se trata de “reinventar a roda”, mas a utilização de conhecimentos já desenvolvidos no meio social através de uma metodologia científica e de facilitação de canais de financiamento, conhecimento, gerência e assessoria.

O Desenvolvimento Regional Sustentável, ao envolver diversos atores, tenta potencializar as características das regiões onde está inserido, através da capacitação e profissionalização dos produtores, sejam rurais ou urbanos. Além disso, o estudo da cadeia produtiva favorece o aperfeiçoamento do sistema, reduzindo custos e socializando os resultados.

Outro ponto a ser salientado é que, através da aplicação das premissas do DRS, o negócio final transcende a lógica extrativista tradicional. Ao mesmo tempo em que tenta conjugar respeito ambiental com a inclusão social, a proposta parte de uma exigibilidade da existência de viabilidade econômica.

Este talvez seja o maior diferenciador da estratégia em relação a outras medidas de cunho governamental. Em diversos projetos já realizados no passado, foi possível a estruturação de atividades ambientalmente corretas e com inclusão social. Tais demandas, no entanto, necessitavam sistematicamente de recursos públicos, não subsistindo sem tal auxílio.

Ao eliminar o caráter caritativo ou assistencialista, o DRS se projeta como uma estratégia sem data final, em que os próprios negócios desenvolvidos sustentam sua estrutura, bem como a sobrevivência da família dos beneficiários – ou ainda, empreendedores. A noção de viabilidade econômica transcende a ação social e facilita, inclusive, o surgimento de novos investimentos e a abertura de mercados consumidores.

Trata-se não apenas de um resultado financeiro, mas de forte caráter cultural e social. Ao conseguir gerir lucros e subsistir através de seu próprio trabalho, o indivíduo sai de uma posição letárgica e de “anátoma social” para a caracterização do tipo ideal de cidadão: consciente de seus direitos e deveres, incluído na sociedade em que vive de maneira ativa, e desenvolvedor de seus próprios meios de subsistência.

Muito embora ainda seja cedo para a avaliação final da estratégia, os prognósticos apresentados até o momento são bastante otimistas. Não só pelos valores já aplicados no modelo e na perspectiva de novos investimentos, mas pelo fato de que as próprias comunidades estão evoluindo dentro do conceito de sustentabilidade, gerando divisas e profissionalizando suas atividades.

Não obstante outros projetos em estudo no mercado, e sabendo-se que existem outras idéias passíveis de implantação, o DRS do Banco do Brasil apresenta-se como alternativa real para o paradigma desenvolvimentista já discutido. Não se trata, obviamente, de uma discussão acabada - nem se propõe o título de solução definitiva. Entretanto, a formulação de novas políticas empresariais e o fato que as instituições estão saindo de seu estado inercial já é, por si só, um importante passo rumo a um futuro mais seguro e promissor.

## 6 REFERENCIAS

Banco Bradesco. **Relatório de Sustentabilidade de 2006**. Disponível em <[http://www.bradescorsa.com.br/ras/conteudo/pdf/Relatorio\\_de\\_Sustentabilidade\\_2006.pdf](http://www.bradescorsa.com.br/ras/conteudo/pdf/Relatorio_de_Sustentabilidade_2006.pdf)>.

Banco do Brasil S.A. Revista de Política Agrícola. **O Desenvolvimento Regional Sustentável no Banco do Brasil**. Disponível em: <[http://www.agronegocios-e.com.br/agr/down/artigos/Pol\\_Agr\\_4\\_Artigo\\_13.pdf](http://www.agronegocios-e.com.br/agr/down/artigos/Pol_Agr_4_Artigo_13.pdf)>.

Banco do Brasil. **Desenvolvimento Regional Sustentável**. Disponível em <<http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/drs/index.jsp>>.

Banco do Brasil. **DRS – Área de Abrangência e Público Alvo**. Disponível em <<http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/drs/AbrangPublicoAlvo.jsp>>.

Banco do Brasil. **DRS – Metas e Resultados.** Disponível em <<http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/drs/MetasResultados.jsp>>.

Banco do Brasil. **O que é DRS?.** Disponível em <<http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/drs/Oque.jsp>>.

Banco Itaú. **Responsabilidade Sócio Ambiental.** Disponível em <<http://www.itaubr.com.br/socioambiental/>>.

Bolsa de Valores do Estado de São Paulo. **ISE – Boletim Informativo – Dezembro de 2006.** Disponível em <[http://www.bovespa.com.br/Pdf/Indices/122006\\_bolISE.pdf](http://www.bovespa.com.br/Pdf/Indices/122006_bolISE.pdf)>.

Brasil. **Ministério da Agricultura.** Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/url/ITEM/C90B3C5F725FADF2E0300801FD0AF119>>.

CARMO, Jefferson Carriello do. Algumas considerações sobre a gênese do Estado Clássico em Tomas Hobbes, John Locke e Adam Smith. Disponível em <<http://www.fkb.br/arquivos/jefferson3.doc>>.

Chacon, Suely Salgueiro. **Reflexões sobre a crise ambiental: uma viagem até suas origens e um encontro com as soluções.** Rev. Cent. Ciênc. Admin., Fortaleza, v. 9, n. 1, ago. 2003. Disponível em <<http://www.unifor.br/notitia/file/324.pdf>>.

DIAS, Maria Clarice. Comida Jogada Fora. **Correio Brasiliense.** Brasília, domingo, 31 de agosto de 2003. Disponível em <[http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO\\_20030831/pri\\_bra\\_310803\\_173.htm](http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO_20030831/pri_bra_310803_173.htm)>. Acessada em 23/04/07.

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente. **O Ibama e sua história.** Disponível em <<http://www.ibama.gov.br/>>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados sobre os países do mundo. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/paisesat/>>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse preliminar do Censo Demográfico 2000.** Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse\\_preliminar/Censo2000sinopse.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse_preliminar/Censo2000sinopse.pdf)>.

ONG Banco de Alimento. **Dados da fome: mais dados sobre desperdício e suas conseqüências.** Disponível em <<http://www.bancodealimentos.org.br/por/dadosfome/dadosdesperdicio.htm>>.

Petrobrás. **Meio Ambiente.** Disponível em <[http://www2.petrobras.com.br/portugues/ads/ads\\_MeioAmbiente.html](http://www2.petrobras.com.br/portugues/ads/ads_MeioAmbiente.html)>.

SOUZA, Derci Coelho *et al.* **Responsabilidade Sócio Ambiental.** Brasília: UNB, 2006.

VIEIRA, Rogério Oliveira de Castro. **Os programas de desenvolvimento integrado e sustentável das mesorregiões diferenciadas: a materialização de um novo paradigma no desenvolvimento regional brasileiro.** Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/roups/public/documents/CLAD/clad0044406.pdf>>.

Wikipédia. **Crescimento Populacional.** Disponível em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Crescimento\\_populacional](http://pt.wikipedia.org/wiki/Crescimento_populacional)>.